

Almanach da Parnaíba: as memórias que ecoam das águas ¹

Vinicius Ferreira²

Ana Regina Rego³

Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI

Resumo

O artigo retoma a problemática de questões paradoxais como “historia x memória” e “documento x monumento”, colocando no centro do debate o *Almanaque da Parnaíba* e sua função histórica social na constituição de uma identidade piauiense. Por meio da elaboração de um perfil para o periódico, buscamos compor um documento sobre a memória da mídia piauiense e sua influência na sociedade.

Palavras-chave: História; Impresso; Memória; Almanaque

Introdução

Não somente os antigos marginalizados da historia oficial que são obcecados pela necessidade de recuperar seu passado enterrado. Todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais sentem a necessidade de ir em busca da sua própria constituição, de encontrar suas origens (NORA,1993, p. 16).

Considerado por Hobsbawm (2008) a era dos extremos, o século XX trouxe para o mundo, contribuições imprescindíveis para a vida em sociedade, desde grandes avanços tecnológicos, ao crescimento da civilidade e da propagação do conhecimento entre os povos. Em suas primeiras décadas as transformações ocasionadas pelos modos de produção e consumo acarretaram em conseqüências positivas e negativas para a

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 15 a 17 de junho de 2011.

² Estudante de Graduação 4º semestre do Curso de Jornalismo da UFPI, email: viniciusf.c@hotmail.com

³ Jornalista. Mestre em Comunicação e Cultura ECO-UFRJ. Doutora em Comunicação UESP- UAB-Barcelona. Coordenadora do NUJOC-Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação DCS-CCE-UFPI. Coordenadora do Projeto de Pesquisa Personagens e Contextos de formação do jornalismo brasileiro. Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da UFPI, email: ana_rani@uol.com.br.

sociedade de então. No Brasil os avanços chegavam mais facilmente aos estados do sudeste, no entanto, no restante do país o desenvolvimento acontecia de modo mais comedido. O Piauí se inseriu nesse contexto como um Estado de colonização tardia e por isso mesmo, como um lugar de oportunidades para o crescimento econômico. Parnaíba, cidade do litoral piauiense, soube muito bem aproveitar as oportunidades negociais que se apresentavam nos primeiros anos do século passado e se destacou no cenário piauiense, como um município proeminente, não só do ponto de vista da economia, mas também da cultura. Nesse contexto nasceu o *Almanaque da Parnaíba*, impresso de grande longevidade e importância no universo editorial do Piauí.

Ao trabalhar o *Almanaque da Parnaíba* como objeto de pesquisa duas óticas de análise se tornam evidentes e indissociáveis sobre as funções de um almanaque, enquanto veículo comunicativo, uma delas diz respeito ao papel documental de tal periódico, se tornando fonte fundamental para os historiadores sobre a existência de determinados acontecimentos do passado. Nesse panorama, e, desenvolvendo uma linha de pensamento no viés construtivista apontado por Pollak (1992), a análise terá como foco a intervenção do *Almanaque da Parnaíba* na constituição e formalização das memórias, para assim entender como “coisas”, nas palavras deste autor, formam “fatos sociais” solidificados na memória coletiva.

O Almanaque aqui estudado se apresenta como um elo da sociedade para com o seu passado, armazenando uma memória para que esta não se perca por completo. Porém apesar da importância histórica e social do material, as coleções de suas edições, com raríssimas exceções, como a da Biblioteca Nacional, estão em péssimo estado de conservação.

Academicamente poucos trataram o *Almanaque da Parnaíba*, como monumento histórico, sendo constantemente tratado como simples fonte de pesquisa. Suas edições estão espalhadas por arquivos, bibliotecas públicas e em coleções particulares. Em 2006, uma coleção completa do AP chegou a ser doada para Fundação Biblioteca Nacional, que, no entanto, ainda não digitalizou suas edições.

Diante desse panorama é que desenvolvemos a presente pesquisa com o objetivo de suscitar inquietações que levem a estudos mais aprofundados sobre o periódico aqui tratado. Deste modo, o presente artigo se estrutura inicialmente em um referencial teórico que situa o gênero almanaque como monumento histórico, para depois se voltar para uma breve contextualização do período em que surgiu o AP, concluindo com a história e as características do mesmo. É válido esclarecer que a amostra se compõe de

onze exemplares situados entre os anos de 1931 a 1946. A metodologia adotada teve como base a pesquisa histórica, complementada por uma análise morfológica que buscou identificar as características formais do AP, e ainda uma análise de conteúdo que nos mostrou que conteúdos eram tratados no Almanaque aqui pesquisado.

O monumento de uma memória

Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (BOSI, 1994).

Ao realizarmos um levantamento e escolhermos o *Almanaque da Parnaíba* como objeto de pesquisa, estamos na verdade constituindo uma pesquisa histórica sobre parte da memória coletiva piauiense negligenciada, este direcionamento nos levou a focar em um referencial teórico que pudesse dar conta dos conceitos de monumento/documento.

Quando nos referimos à memória falamos de um fenômeno construído socialmente submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes. Seu tecido constitui-se de aspectos da cultura popular, de hábitos e costumes, da religiosidade, assim como, da vida em família, dentre outros aspectos que proporcionam sentido de unidade ao grupo.

Os acontecimentos vividos pessoalmente são os formadores da memória individual. Porém, esses acontecimentos vêm perpassados por uma memória coletiva que influencia e até mesmo gera o que Michael Pollak define como acontecimentos “*vividos por tabela*”.

A esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada [...] que tomaram tamanho relevo que no fim das contas, é quase impossível que ele (o indivíduo) consiga saber se participou ou não (sic.) (POLLAK, 1992, p.2).

Para Pollak (1992) a memória herdada é um dos fenômenos responsáveis pela formação da identidade, gerando a imagem que a pessoa constrói e apresenta aos outros e a si própria. De forma complementar, Henry Rousso (*apud* Carvalho, 2006) compreende a memória enquadrada como responsável por fornecer um quadro pré-determinado e os pontos de referências dos indivíduos que compartilham a mesma cultura.

Para Maurice Halbwachs (1990), a memória individual só existe dentro de uma memória coletiva, visto que as lembranças sempre são constituídas no interior de um grupo, logo, os parâmetros, os valores e os símbolos de um indivíduo são inspirados pelo grupo.

A memória individual não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade (HALBWACHS, 1990, p. 54).

Porém ao categorizar a memória e a história de um grupo como sinônimos, comete-se um erro, já que apesar de complementares entre si, estes encontram-se em esferas distintas não somente no sentido discursivo, mas em relação ao próprio papel social. Para Nora (1993. p.3), [...] a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido ela está em permanente evolução” em quanto [...] a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”.

A memória coletiva é sempre um reflexo plural das várias vozes e trocas do passado vivido, portanto é, em realidade, o critério do verdadeiro no discurso sobre o social. Em contraponto, o discurso da história está sempre tentando atingir a objetividade científica e acaba se fechando e tomando uma tendência reducionista, “[...] é um discurso que restringe a realidade, e, por conseguinte, não é verdadeiro, já que não leva em conta o plural” (POLLACK, 1992, p.11).

Para Jacques Le Golf (2003), “[...] o passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história.” Partindo da concepção de que o historiador possui como ponto inicial o presente, no qual está inserido, todas as vezes que este tenta reconstruir o passado, na realidade o faz sobre o olhar do presente. Acontecimentos do passado são resgatados pela história sempre de acordo com os debates e necessidades da época, abre-se uma

brecha no presente para que o passado possa ressurgir com uma nova modelagem e junto com o presente construir o futuro.

Com a reestruturação da produção e da sociedade junto com o advento da contemporaneidade foram surgindo novas formas de construção da memória e da história. A antiga construção que possuía grande influência de instrumentos denominados por Althusser (1985) como *Aparelhos Ideológicos do Estado*, tais como a igreja, a família e a escola, assegurava a conservação e a transmissão de valores do passado para o futuro. Essa forma de transmissão e interpretação da história e da memória teve seu papel pulverizado e dilatado, em um novo modelo social sob forte influência da mídia. Essa nova conjuntura, constituída em um mundo midiático é responsável pelo que Pierre Nora denomina de aceleração da história.

Aceleração da história. Para além da metáfora, é preciso ter a noção do que a expressão significa: uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida- uma ruptura de equilíbrio (NORA, 1993, p.1).

Essa ruptura provocou a morte simbólica da memória, que introduzida na história se cristaliza e se refugia nos lugares de memória. Isto posto, não haveria a necessidade de monumentos se a memória não tivesse deixado de existir, pois ela estaria em cada gesto do cotidiano.

Para Nora (1993) estaríamos vivendo no tempo dos lugares, onde a memória que vivíamos passou a fazer parte somente de uma história reconstituída. Porém, nem todos os vestígios de um tempo passado se constituem como um lugar de memória, ou melhor, como um monumento.

A história classifica o conjunto daquilo que remanesceu do passado intencionalmente ou não, em duas categorias: os documentos e os monumentos. Para Le Golf (2003) o monumento é um sinal do passado, é tudo aquilo que pode evocar a memória, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. Já os documentos seriam as provas, o fundamento do fato histórico.

Durante o período positivista o documento se tornou fundamental, não existindo história sem documento. Entretanto, até mesmo o documento precisa ser analisado e questionado, ele não é isento de valores e/ou falas de emissores do poder do seu momento de produção, mas sim um produto da sociedade que o fabricou, em seu

discurso esta presente a voz de quem o produziu, sua classe e sua finalidade. Nenhum documento se refere a uma verdade absoluta sobre o passado.

Já os monumentos são os responsáveis por parar o tempo, bloquear uma memória do esquecimento, prender o máximo de sentido em poucos sinais. Considerando esse contexto é que Margareth Brandini (1999), em pesquisa sobre os almanaques no Brasil, considera que essas produções possuem características de monumentos, pois neles está resguardado um universo que não mais existe, um passado da constituição da nossa sociedade que se perdeu, apesar de estar lá.

A autora ao entrevistar leitores dos almanaques de farmácia, verificou que os periódicos serviam como ponto de partida para um resgate mais profundo sobre o momento e os acontecimentos que compuseram a memória coletiva da época de tal publicação. Para os seus leitores os almanaques assumiam um papel central no cotidiano, trazendo em suas páginas outros campos da sociedade, além de propiciar a conexão entre o indivíduo e o restante da sociedade. A diagramação dos almanaques proporcionava pluralidade social, tendo em vista que conseguiam atender tanto públicos intelectualizados como pessoas não alfabetizadas, sendo na época um dos poucos veículos de grande circulação, que atingia desde grandes centros a cidades mais afastadas.

O almanaque resgata além dos fatos e acontecimentos que estão em suas páginas, toda a cultura em que ele estava inserido, ele serve como uma ponte que apresenta o passado para o presente e recupera o perdido, mantendo viva uma memória coletiva esquecida, na era do instantâneo.

Portanto, é nesse contexto que iremos abordar o papel do o *Almanaque da Parnaíba*. Acreditamos que o mesmo se insere na categoria de memória arquivista que segundo Nora (1981, p.8) é uma memória inteiramente apoiada sobre o que há de mais preciso no traço, no vestígio, no registro e na imagem de uma sociedade. “Quanto menos a memória é vivida no interior, mais ela tem a necessidade de suportes físicos exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas.”

Entretanto também consideraremos o AP como um documento, na medida em que seus textos são composições de atores sociais e representam um determinado período histórico relatando a cultura e os acontecimentos julgados relevantes durante um determinado período. Servindo assim, como uma das fontes para o historiador sobre a veracidade de momentos históricos específicos.

Por se tratar do periódico de maior duração do Piauí, o *Almanaque da Parnaíba* vem sendo utilizado constantemente como fonte de pesquisa pelos historiadores, para fundamentar pesquisas históricas nas mais diversas áreas. Porém, nesse artigo trabalharemos o Almanaque não só como fonte, mas, acima de tudo, como monumento que retrata uma fase da história do Piauí e mais precisamente, como um lugar revelador de história para a fase de ouro da cidade de Parnaíba⁴.

Nos rastros da República: contexto de produção do *Almanaque da Parnaíba*

Em 1923 em plena República Velha surge no Piauí o *Almanaque da Parnaíba*. Fundado por Benedito dos Santos e Sousa. O periódico é um dos principais na história do Estado.

A importância do Almanaque pode ser creditada tanto pelo conteúdo, quanto pelo tempo de existência, tendo sua última publicação, sido datada de 2006.

Porém, muitas mudanças ocorreram durante suas edições, todas elas se colocaram como reflexo do momento vivido. Portanto, para entender a ideologia por trás da publicação aqui estudada e realizar uma análise crítica documental é de fundamental importância retornamos ao contexto histórico.

O *Almanaque da Parnaíba* surge em um momento peculiar da República Velha, no ano anterior à sua primeira publicação, o país se preparava para comemorar o centenário da independência e a consolidada política coronelista do *café com leite* que imperava durante o início do século XX e que apresentava rupturas.

Em inúmeras cidades do país era possível perceber o crescimento populacional e a formação de novos grupos sociais, entre eles uma crescente classe média, fortalecida pela implantação de redes de indústrias e serviços formada, por exemplo, por militares, funcionários públicos, profissionais liberais e pequenos comerciantes.

A nova classe que se estabelecia estava insatisfeita com a realidade do país, que apresentava uma política econômica direcionada a beneficiar as oligarquias agrárias e um sistema político em que a maioria da população se via excluída. As várias revoltas

⁴ Parnaíba é uma cidade localizada no litoral piauiense. Com períodos de intenso desenvolvimento entre os séculos XIX e XX, sobretudo, pelo comércio com a Inglaterra. Parnaíba sofreu influência inglesa em sua arquitetura e em seus costumes. Hoje a cidade possui cerca de 150 mil habitantes e é conhecida por ser a porta de entrada para o Delta do Rio Parnaíba.

populares ocorridas durante o governo do presidente Arthur Bernardes como a *Coluna Prestes*, e *Os 18 do Forte* são reflexo da insatisfação que se instaurava no Brasil.

A conjuntura de crise política e agitações sociais que marcaram os governos de Epitácio Pessoa e Arthur Bernardes repercutiram também nas manifestações artísticas do período. Em 1922, em São Paulo, um grupo de intelectuais, escritores e artistas brasileiros lançaram um movimento de contestação da mentalidade e produção artísticas predominante no país, *O Modernismo*.

O Piauí também passava por uma série de mudanças, tendo ocorrido no governo de João Luís Ferreira (1920-1924) uma grande reforma educacional. A conclusão do prédio da Escola Normal é um marco divisor símbolo de uma educação então estruturada e não mais reclusa a pequenas casas adaptadas com professores em sua maioria particulares e com baixa remuneração.

O início da década de 1920 também foi marcada por uma forte crise econômica no Estado, que ainda sofria os impactos da 1ª Grande Guerra Mundial. Os problemas financeiros oriundos da queda dos valores dos produtos primários exportados pelo Piauí criaram uma atmosfera pessimista para o comércio local.

Porém já em 1922, a economia apresentava melhorias, graças a uma política pública que reestruturou a fiscalização tributária e firmou acordos de parcerias com outros estados além de conseguir verbas da União para grandes obras de infra-estrutura.

Durante o governo de João Luís Ferreira, a capital, Teresina, teve a distribuição de água tratada implantada, houve também uma ampliação do fornecimento de energia elétrica para outros municípios do Estado. As obras não paravam, cobrindo desde o campo cultural com a construção do Clube dos Diários até a interligação dos municípios com novas estradas e criação de novos trechos ferroviários como o que ligava Teresina a São Luís.

A Primeira República foi decisiva para a cidade de Parnaíba e a navegação do Rio Parnaíba que começara a ganhar força, fora determinante para o progresso do comércio e de todo um aparato que se formou para o desenvolvimento, possibilitando a transformação da cidade no principal centro econômico do Piauí.

As primeiras companhias de navegação surgiram graças a incentivos do governo estadual que tinha como objetivo tornar o Rio Parnaíba como a principal via de transporte, por meio de leis como a Lei nº 41, de 17 de julho de 1894, que estabelecia a subvenção anual de 24 contos de reis durante cinco anos às empresas que re-implantassem a navegação do rio.

Parnaíba passava por um crescimento acelerado impulsionado economicamente pela cera da carnaúba, produto, em especial, que justificava todos os investimentos de infra-estrutura na cidade, como a construção de linhas ferroviárias e do porto de Amarração.

A cera de carnaúba ganhou preferência no mercado internacional e Parnaíba foi a cidade que teve o maior impulso na economia fruto do ciclo extrativista, a cidade litorânea era a principal beneficiadora e distribuidora da cera.

A ligação do Porto de Amarração com outros portos do Brasil, era necessário para complementar a cadeia comercial. Observando ser no comércio interno e externo, a redenção fiscal do estado e a consolidação do Piauí em um novo ciclo econômico, o governo estadual passa a incentivar a navegação marítima até Amarração com linhas diretas e regulares (MENDES, 2001, p.72).

O porto era a síntese do momento de pleno desenvolvimento pelo qual passava a cidade de Parnaíba. Ele reafirmaria e ampliaria o seu papel como cidade comercial e facilitaria as exportações da cera de carnaúba para a Europa.

Formou-se então em Parnaíba uma elite que se destacava do contexto estadual, composta por um grupo de comerciantes, grandes latifundiários e donos de indústrias de beneficiamento. Essa sociedade elitista se diferenciava por ser culta e de mentalidade progressista, com filhos estudando na Europa e na América do Norte, como também nos principais centros do país Medeiros (1995, p.167), descreve esse período da história estadual como a “*geração de ouro*” da cultura piauiense a quem se deve, por exemplo, a fundação da Academia Piauiense de Letras.

A elite frequentadora de grandes centros urbanos e consumidora de seus produtos de luxo, se torna exigente e implanta em Parnaíba uma série de benefícios como uma linha de bonde, o telégrafo, a agência do Banco do Brasil, o Vice-Consulado Britânico, uma linha aérea regular utilizando hidroaviões, como também a criação da Associação Comercial, instituição de fundamental importância para o desenvolvimento da cidade e de forte influência dentro do governo estadual.

Apesar de receber regularmente jornais de outros estados, como Maranhão e Pernambuco, o elevado nível intelectual de sua elite, criava um mercado consumidor exigente que fomentou e fortaleceu a imprensa parnaibana existente desde 1863. Somente durante a república velha surgiram mais de trinta jornais e revistas, tendo, por exemplo, em 1912, cinco periódicos locais em circulação.

Dentre todos os periódicos nascidos no início do século XX, o *Almanaque da Parnaíba* sempre se destacou, o lançamento de seus anuários se tornavam eventos públicos, comemorados com bandas, champagne e com a presença das principais autoridades e personalidades locais (PINHEIRO, 1997p. 108).

O *Almanaque da Parnaíba*

O *Almanaque da Parnaíba* foi criado no dia dois de agosto de 1923 pelo senhor Benedicto dos Santos Lima, conhecido como BemBém, que continuou à frente do periódico por mais de uma década. A partir de 1940 o Almanaque passa a ter como editor o senhor Ranulpho Torres Raposo, seu novo proprietário, que manteve a periodicidade do AP de maneira ininterrupta. O Almanaque foi publicado anualmente, seguindo as características do seu gênero, até 1980, quando o periódico foi repassado para a Academia Parnaibana de Letras (APAL), devido à morte do seu proprietário. Na próxima figura podemos conferir capa do AP datada do início da década de 1930.

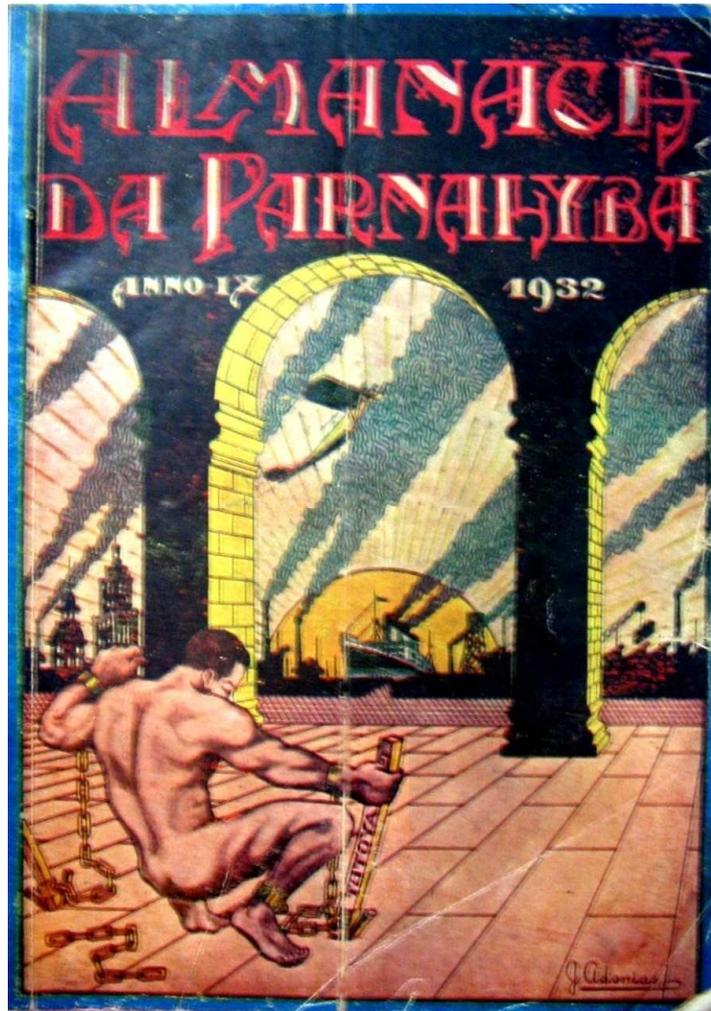


FIGURA 1- *Almanaque da Parnaíba*, Ano IX, 1932

Fonte: Acervo particular do autor, Vinicius Ferreira

Já sob comando da APAL, o periódico assumiu um caráter de veículo oficial da instituição, perdendo sua identidade e periodicidade e seus exemplares eram publicados esporadicamente. O último número data do ano de 2006, sendo o número sessenta e oito da publicação.

No que concerne à etimologia da palavra almanaque, não há concordância plena entre os estudiosos do assunto. Corrêia e Guerreiro (1986) apresentam várias origens possíveis, indo desde o árabe *almanakh*, do baixo latim *almanachus*, no baixo grego *alamanakon* e ou do latim *manachus* (círculos). O termo em latim teria sido empregado por Vitruvius com o sentido de um círculo meridional utilizado para medir o tempo.

Independente das variações ou da origem das palavras, o significado converge para a uma função específica de calendário.

Margareth Brandini Park (1999) em seu livro, *Histórias e Leituras de Almanques no Brasil*, destaca que dentro de toda a singularidade, pluralidade de temas e formatos presentes em cada almanaque “[...] desde os mais antigos até os atuais apresentam um só tipo de organização. Esta organização esta sempre vinculada ao tempo, à lua, ao mês podendo estar vinculada ao horóscopo, aos signos ou aos calendários agrícolas”(PARK, 1999, p.35) .

Todo o *Almanaque da Parnaíba* tem como base e guia para a leitura uma ordem temporal, marcada pela presença do calendário de cada mês do ano, onde são enfocados temas relacionados às datas religiosas, as fases da lua, os períodos de plantação e os principais acontecimentos sociais.

Mais o AP já apresentava a evolução vivida pela história de conteúdo dos almanques, não sendo só um calendário mais sim, como e descrito no rudimentar expediente da vigésima primeira edição, se trata de um espaço com “[...]calendário, literatura, estatísticas, charadismos, informações, etc., etc.[...]” conforme podemos conferir na figura a seguir.



FIGURA 2 – Conteúdo do *Almanaque da Parnaíba*, Anos IX e XI, 1932 e 1934, p. 137, 257, 230

Fonte: Acervo particular do autor, Vinicius Ferreira

Odailton Aragão (2006) ao descrever a história do Almanaque destaca a importância da variedade de conteúdos abordados e da sua forma de diagramação composta por um mix de imagens e textos. Esta seleção, segundo este autor, tem como principal objetivo tornar a leitura centrada nas relações texto-imagem.

Esse veículo de comunicação vai ser responsável pela popularização do saber, em épocas que o conhecimento era restrito a pequenos grupos de privilegiados, tornando-se um livro acessível às classes populares e levando informações sobre os mais variados temas, como uma espécie de enciclopédia popular. Mesmo havendo um grande índice de analfabetismo, devido à sua riqueza de imagens o almanaque dirige-se também àqueles que apenas não podem ler, mas podem ouvir histórias ou seja o de comunicação oral. No nordeste brasileiro, é conhecido como livro dos iletrados (ARAGÃO, 2006, p.13).

O AP seguiu várias características do seu gênero, possuindo um foco de abordagem dentro da linha temática social/religiosa, como também elementos universais comumente abordados neste tipo de publicação, tais como, poemas, caricaturas, charadas, cartas enigmáticas e palavras cruzadas.

De uma forma geral, o Almanaque piauiense em nada fica a desejar quanto ao conteúdo quando relacionado ao gênero almanaque. Podemos citar como exemplo os provérbios presentes na seção “*Provérbios Sertanejos*” da edição onze de 1934 do *Almanaque da Parnaíba*. Os provérbios se tornaram comuns nos almanaques desde a França do século XVI, sendo um elemento típico dos almanaques, assim como os elementos abordados no parágrafo anterior, pois nestes era possível atrair tanto o público mais culto quanto os menos alfabetizados.

Criar um conteúdo generalista era a proposta editorial do AP, como consta em um fragmento retirado da edição de 1932, que faz alusão ao próprio conteúdo da edição “ [...] o almanaque traz matérias de grande utilidade para todas as classes sociais, pois além das partes dedicadas especialmente aos comerciantes, agricultores e homens de negócios, traz assuntos recreativos, científicos e psicológicos” (*Almanaque da Parnaíba*, Ano IX).

Mas, o conteúdo que se adequava às necessidades e peculiaridades do seu público, não era o único fator responsável pelo sucesso de tiragem. O custo do periódico era também um ponto fundamental. Seguindo uma característica comum ao gênero, eram utilizados papéis de baixa qualidade assim como um grande número de anúncios que custavam parte significativa dos custos com a produção.

Embora o periódico utilizasse um papel de baixa qualidade ele utilizava um sistema tipográfico inovador para os periódicos do estado. Já em 1933 todo o Almanaque era produzido pelo sistema linotipo apesar de que na capital, ainda existissem grandes jornais de circulação diária trabalhando com a composição tipográfica, tipo por tipo, até a década de 1970, como por exemplo, o *Jornal do Piauí*.

Para conseguir essa qualidade de impressão o Almanaque foi produzido por muito tempo em outros estados como no Pará na *J.B dos Santos & C^a*, no Ceará na *Tipo Cadelha* é já a partir de 1934 em gráficas parnaibananas. As gráficas, Americana e Renascença, são exemplos de gráficas sediadas na cidade de Parnaíba utilizadas pelo periódico, sendo que a última produziu o primeiro exemplar do periódico em seções que incluíam mais de uma cor, utilizando o laranja, o azul, o roxo e o marrom. Na próxima figura podemos conferir detalhes da diagramação inovadora do periódico.



FIGURA 3- *Almanaque da Parnaíba*. Ano XI, 1934

Fonte: Acervo particular do autor, Vinicius Ferreira

Portanto, os três pontos acima relacionados, o conteúdo, a diagramação e o valor comercial foram cruciais para a expansão do alcance do AP, que passou a ter

circulação em todo o Estado do Piauí. O aumento do número do público de outras cidades pode ser notado com o espaço ocupado por conteúdo referente a essas, como Teresina, Campo Maior e Floriano.

Apesar de paulatinamente abrir espaços para divulgar o que ocorria em outras cidades, a cidade de Parnaíba continuou sendo o foco do periódico, dedicando em todas as suas edições a relação de instituições, comércios, bem como, o balanço comercial da cidade, além de falar sobre os temas importantes para a população como a educação, o porto de Amarração, a cera da carnaúba. O Almanaque nunca deixou de documentar o desenvolvimento urbano do município, mostrando foto de obras publicas e novos prédios privados construídos no ano anterior a sua publicação.

Poderíamos fazer uma relação de temas recorrentes em todas as edições analisadas tais como, análise sobre a imprensa, a religião, os concursos de miss, o carnaval e, ainda matérias dedicadas a construir perfis de pessoas públicas do Estado, como também, informes sobre o mundo e sobre o Brasil. Conteúdos distribuídos entre 150 a 300 páginas, de acordo com a edição.

O grande leque de temas abordados era um reflexo dos colaboradores do Almanaque que, em diferentes momentos contou com grandes nomes da literatura, como Cláudio Pacheco Brasil, Hugo Napoleão do Rego Neto, Higino Cunha, Vicente Araujo Humberto de Campos, Paulo Ximenes Aragão (pai do comediante Renato Aragão, o "Didi") e R. Petit . O Almanaque ainda contava com a participação do ilustrador J. Adonias Monteiro, responsável pela assinatura da maioria das capas e charges.

Considerações Finais

O Almanaque então se firma, na atualidade, como um documento em virtude do conteúdo de suas páginas, que descrevem por meio de textos, fotos e dados a realidade das principais cidades piauienses. A análise feita pelos atores sociais, de vários segmentos da época sobre fatos do mundo e do país, pode vir a ser interpretada como um posicionamento de uma parcela da sociedade em relação a essas questões.

Além de servir como fonte para o historiador sobre fatos do passado, o Almanaque, surge como símbolo de uma Parnaíba, pólo econômico estadual e cidade nordestina de destaque nacional, por conta de seu comércio com outros países. Gerado a partir de uma conjuntura social, urbanística e econômica de ascensão, o Almanaque

carrega com sigilo toda a glória dos tempos passados, e, em suas páginas se faz presente o discurso de uma sociedade formada por uma elite culta e exigente.

Parnaíba pagou caro pela substituição no mercado internacional da cera de carnaúba por outros produtos, a cidade entrou em um forte período de recessão, por outro lado, a implantação do porto que apresentava um ritmo otimista, também nunca chegou a ser concluído.

Sem seu principal motor econômico, a cera da carnaúba e com a não finalização do porto que proporcionaria a cidade um caráter definitivo de entreposto comercial, toda a sociedade parnaibana se viu estagnada. A cidade que se destacava do resto do Estado, por sua urbanização e importância entrou em decadência.

Em uma cultura global alimentada pelo novo, pelo instantâneo, pela rapidez, não foi cultivado espaço na memória do povo piauiense para manter vivo o momento de ouro de Parnaíba. Esse momento do passado está adormecido, pouco se fala e pouco se sabe sobre essa sociedade.

O Almanaque da Parnaíba então se coloca como lugar de memória, como monumento histórico, acima de tudo, de uma época perdida, de uma parte da memória coletiva piauiense que está esquecida no meio do seu povo, mas que pode ser revivida pelas páginas do periódico.

O Almanaque vem para cumprir o papel de pertencimento, ele revela parte do processo de constituição do povo piauiense e sua história, além de possibilitar uma unidade para o grupo, uma sensação de pertencimento.

O *Almanaque da Parnaíba* faz parte do patrimônio cultural do Estado, suas edições devem ser preservadas e estudadas. Para assim ser possível uma redescoberta sobre o passado, é uma reincorporação a memória.

Referencias Bibliográficas:

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 2. ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ARAGÃO, Odailton. Os Almanques e suas histórias. In: O Riso da Mídia: O Barão de Itararé e seus Almanques- Os Almanques do Jornal A Manhã. São Paulo, 2006 v.1. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3046 . Acesso em 20 de Dezembro de 2010.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças dos velhos**. 3 ed.- São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARVALLHAL, Juliana. **Maurice Halbwaches e a questão da Memória**. Ano 5, n. 56. 2006. Disponível em: < <http://www.espacoacademico.com.br/056/56carvalhal.htm>> . Acesso em 20 de Dezembro de 2010.

CORRÊA J. D. P. ; GUERREIRO, M. V. **Almanaque ou a sabedoria e as tarefas do tempo**. In: Revista ICALP, vol.6. p. 43-52, ago/dez. Instituto Camões, Lisboa, 1986.

HALBWACHES, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Extremos. O breve Século XX**. São Paulo: CIA das Letras, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão... [Et .al]. –5ª Ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MENDES, Francisco I. Vasconcelos. **Parnaíba: Educação e Sociedade**. Teresina: Editora da UFPI, 2001.

MEDEIROS, Antônio José. Movimentos Sociais. In: **Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectivas**. Halley, Teresina, 1995.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: A problemática dos lugares**. PROJETO HISTÓRIA: Revista de estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1981.

PARK, Margareth Brandini. **Histórias e leituras de almanaque no Brasil**. Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 1999.

PINHEIRO FILHO, Celso. **História da Imprensa no Piauí**. Teresina: Zodíaco, 3ª edição, 1997.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p. 200-212.